

APRESENTAÇÃO

As pesquisas em torno dos Direitos e Garantias Fundamentais publicadas em nossa revista tem proporcionado um amplo diálogo e troca de experiências com pesquisadores de diferentes instituições nacionais e internacionais. São múltiplos olhares que buscam discutir o processo de criação e aplicação do Direito sem perder de vista as lutas sociais historicamente verificadas e que ainda se articulam em toda a sociedade pela efetivação de tais direitos.

A Faculdade de Direito de Vitória-FDV sempre buscou a interface entre ensino-pesquisa-extensão e, mesmo antes da Resolução 05 de 2018 estabelecer a necessidade de harmonia entre esses pilares, já pautávamos nosso fazer pedagógico na certeza de que as pesquisas desenvolvidas precisam ecoar para fora de nossos “muros”, apoiando e sendo uma fonte de consulta tanto para acadêmicos nos mais diferentes níveis de formação quanto para os coletivos e demais atores sociais que lutam por dignidade e cidadania.

A avaliação em estrato A1 também constitui um reconhecimento dessa contribuição e do caminho sólido que trilhamos em todos esses anos de publicação e o envio de artigos de pesquisadores de várias partes do Brasil e do mundo é motivo de orgulho e a maior demonstração de que o conhecimento é produzido com rigor científico e profunda responsabilidade social.

O primeiro artigo, de autoria de Robison Tramontina, nos apresenta uma análise muito importante acerca da desigualdade de gênero no exercício do cuidado utilizando como referencial teórico a contribuição da filósofa americana Martha Nussbaum. Temáticas envolvendo os papéis

sociais impostos historicamente às mulheres numa sociedade machista como a nossa mostram-se necessários, pois ainda está muito presente a ideia de que o cuidado é uma tarefa afeta a elas, no entanto, o artigo demonstra como tal fato ocasiona flagrantes desvantagens às mulheres.

O segundo artigo nos proporciona uma leitura acerca das mudanças ocorridas na Itália após o referendo popular que revogou a lei eleitoral proporcional que havia regulamentado as eleições naquele país desde os primeiros anos da República. De autoria de Giorgio Sobrino, o artigo discute também as mudanças ocorridas a partir de 2013/2014 a partir do “MoVimento 5 Stelle” e em decorrência dos acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 1/2014 e n.º 35/2017, que declararam ilegítimas as duas últimas leis eleitorais majoritárias.

Não obstante o amplo rol de Direitos e Garantias Constitucionais presentes em nosso texto, ainda nos deparamos com reiteradas situações de violações, inclusive, pelo próprio Estado. O terceiro artigo de autoria de Álvaro Filipe Oxley da Rocha e Tiago Lorenzini Cunha enfoca justamente uma dessas facetas e aprofunda o debate acerca de uma certa imaginação criminológica de guerra e de morte utilizada pelos Estados soberanos em face do projeto moderno, no sentido de trazer à tona a problemática que envolve os crimes praticados pelas agências de controle oficial, isto é, os Estados-nação e os Mercados Globais.

Temos o quarto artigo, de autoria de Fernanda Figueira Tonetto Braga e Sidney Guerra, que nos oferece um olhar sistematizado do princípio da dignidade humana tanto sob um viés interno quanto internacional na busca da efetivação dos diversos Direitos Fundamentais inseridos em nosso texto de 1988.

Também o quinto artigo nos apresenta uma análise relacionada à realidade Italiana, tendo como autores Ugo Adamo e Silvio Gambino, em que propõem uma discussão acerca das consequências que podem ser determinadas no ordenamento jurídico constitucional sobre a ocorrência de emergências, focando na temática do terrorismo e da saúde.

Na seara das novas tecnologias e a necessária observância dos Direitos Fundamentais, temos o sexto artigo de autoria de Tiago Seixas Themudo e Fernanda Carvalho de Almeida que aborda o aumento das *Fake News* e o Direito Fundamental à liberdade de expressão. Sem dúvi-

da, mostra-se urgente discutir os malefícios causados pelas Fake News numa sociedade hiperconectada em que notícias inverídicas causam fissuras no debate democrático. O artigo também desenvolve uma análise de experiências externas que tem tentado responder juridicamente aos prejuízos que as notícias falsas produzem, no esforço de regulamentar e qualificar as estruturas de comunicação.

É importante destacar que a temática dos Direitos e Garantias Fundamentais está presente em vários países e torna-se necessária uma aproximação entre tais realidades para que possamos construir análises conjuntas, sempre observando a realidade de cada um. O sétimo artigo de autoria de Edilene Lobo, apresenta um estudo aproximando a realidade verificada tanto no Brasil quanto na Colômbia quanto à previsão de cotas para mulheres na sistema eleitoral e as dificuldades de sua efetivação no sentido de aumentar a representatividade feminina em tais espaços.

De autoria de Cristian Brayner, o oitavo artigo também se debruça sobre a análise no âmbito penal e nos apresenta um tema instigante, qual seja, a possibilidade de responsabilização penal do Estado quando o mesmo descumpre o instituto do depósito legal, firmado por meio da Lei nº 10.994/2004, pondo sob ameaça a Coleção Memória Nacional.

O nono artigo, elaborado por Edson Mitsuo Tiujo e Bruno Grego dos Santos, nos apresenta um estudo relevante quanto ao direito fundamental à educação voltando o foco para as virtudes das políticas de acesso e ingresso dos cotistas nas universidades públicas e também para os persistentes vícios que ainda se apresentam nas relações entre cotistas e não cotistas, tais como preconceito, racismo, intolerância e discriminação. O texto mostra-se atual e proporciona uma reflexão sobre os desafios na efetivação do direito à educação no ensino superior das pessoas que ingressam pelo sistema de cotas, para que tenham condições materiais de permanência e que não sofram ataques aos seus demais direitos fundamentais no ambiente acadêmico.

O décimo artigo, cuidadosamente escrito por José Emilio Medauar Ommati e Alexandre de Castro Coura nos instiga a revisitar teoria das fontes do Direito em face da noção de que Direito é um empreendimento coletivo e uma prática social interpretativa. O artigo faz um estudo pormenorizado da teoria do Direito como Integridade esboçada pelo

filósofo e jurista americano Ronald Dworkin e que está entre as teorias contemporâneas mais influentes sobre a natureza do direito.

O décimo primeiro artigo escrito por Cleber Lucio Almeida e Wânia Guimarães Rabêllo Almeida aborda a temática da reforma trabalhista, as justificativas apresentadas quando de sua elaboração e desenvolve uma crítica profunda ao considerá-la um projeto político neoliberal em desconformidade com os direitos fundamentais trazidos na Constituição Federal de 1988 e a importância de fortalecermos um padrão civilizatório para a garantia a dignidade dos trabalhadores. Tal análise está em harmonia com aqueles que acreditam que seja possível segurarmos a avalanche de ataques aos direitos dos trabalhadores. Isso porque ganha cada vez mais adeptos a tese de que a economia sofreu mudanças significativas, tendo que se adequar à globalização e às novas tecnologias para buscar competitividade no mercado, sendo o caminho para tanto a diminuição dos custos com o trabalhador.

Por fim, o artigo, redigido por Victor Sales Pinheiro e Alexandre Pereira Bonna, enfrenta a tensão entre o uso de novas tecnologias e o papel dos Direitos Fundamentais como balizadores dessas relações sociais, em especial pontua a complexidade da sociedade da informação e os seus riscos ao direito à privacidade. O estudo mostra-se extremamente relevante pois também volta seu foco de análise para os Projetos de Lei 215/2015, 1.547/2015 e 1.589/2015, que visam a alterar a Lei 12.965/2014 defendendo sua na medida em que permitiriam a quebra de sigilo de dados, em ambiente virtual, por autoridade policial ou do Ministério Público, sem a autorização judicial.

Agradecemos aos que enviaram seus artigos- e que continuem a fazê-lo- e também aos avaliadores que fazem um trabalho minucioso de leitura e apontamentos que enriquecem cada edição publicada. Uma excelente leitura a todos e todas! Muito obrigada por estarem conosco nessa tarefa tão importante de produzir e socializar os saberes jurídicos.

Gilsilene Passon P. Francischetto

Pós-doutora em Ciências Sociais pela Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Boaventura de Sousa Santos. Professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da FDV.